

POR UMA CRONOLOGIA DO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA

Renato Venancio¹
venancio.renato@gmail.com

Resumo

O ensino da Arquivologia está inserido em contextos sociais, econômicos políticos e culturais. No século XIX, esse ensino foi tributário das demandas da pesquisa histórica, área estratégica na construção dos novos princípios de soberania e de identidade nacional. No século XX, o ensino da Arquivologia passou a valorizar a Administração Científica, como elemento de sua configuração. No Brasil, porém, a implementação desse ensino enfrentou problemas de institucionalização, o que reforçou a importância da ação individual, de pioneiros e pioneiras, em sua efetivação.

Palavras-chave: Arquivologia. Ensino de Arquivologia. Historicismo. Administração Científica.

As instituições de ensino de Arquivologia surgem em diferentes épocas históricas. Na França datam do século XIX, nos Estados Unidos e no Brasil, datam do século XX.

Para entender a experiência francesa, é necessário nos remetermos à “História Metódica”, que passa a fundamentar o conhecimento do passado a partir dos documentos de arquivo. No Antigo Regime, como em todas as épocas, esses documentos serviam à administração que os havia acumulado, ou então serviam, de forma mais específica, à fundamentação de ações jurídicas e aos debates teológicos de hagiografia.

Até o século XIX, portanto, a história escrita fundamentava-se na noção clássica da “História Mestra da Vida”, inspiradora de comportamentos éticos entre os leitores. Esse tipo de conhecimento histórico não recorria aos documentos arquivos, utilizando como fontes os textos da tradição histórico-filosófica greco-romana.

¹ Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG), Belo Horizonte/MG, Brasil.

No século XIX, essa concepção de História sofre uma mudança radical. O romantismo estimula a redescoberta da civilização medieval. Esse interesse relaciona-se, por sua vez, à História Nacional, que se torna o gênero historiográfico dominante. Em razão das revoluções liberais e do constitucionalismo desse período, a noção de soberania desloca-se da figura do rei de direito divino para a ideia de nação. A nação, contudo, diferentemente do rei, não é representada como um corpo físico. A nação é um eu-coletivo, uma abstração, uma “comunidade imaginária”, para utilizar aqui uma expressão de Benedict Anderson.¹

Nesse novo contexto, o conhecimento histórico, a identificação de um passado em comum, torna-se um elemento central para produzir a argamassa ideológica da unidade nacional. Trata-se não somente de uma “história nacional” como também “nacionalista”, eventualmente de um nacionalismo expansionista e agressivo. Uma história que alimenta guerras de memórias, que justificam e enaltecem as guerras dos campos de batalha.

O critério de antiguidade da ocupação de um território – se possível essa ocupação regredida até a Idade Média ou então a períodos ainda mais remotos – passa a justificar as pretensões das fronteiras nacionais, cabendo lembrar que foi no século XIX que importantes países europeus, como a Alemanha e Itália, passaram por processos de unificação nacional. Além disso, através da definição rigorosa das fronteiras nacionais, definia-se o mercado interno de cada país, dimensão estratégica e fundamental para o nascente capitalismo. A História Nacional, portanto, enquanto área do conhecimento, torna-se estratégica, elemento central da política internacional e nacional dos mais diferentes países europeus. Como envolvia vários interesses econômicos e pretensões territoriais, esse tipo de conhecimento implicou em intensos embates e questionamentos, que, para ser resolvidos, deviam se basear em evidências documentais que tivessem valor de prova. A História Metódica surge para atender a essa demanda, sendo extremamente rigorosa na crítica interna e externa aos documentos, e na exigência da comprovação da autenticidade, fidedignidade e proveniência deles.

O ensino de Arquivologia do século XIX responde a esses desafios. As

demandascrescentes de acesso a documentos de arquivo, para a pesquisa da história nacional, exigiram grandes esforços, no sentido de organização de conjuntos documentais centralizados e custodiados em arquivos públicos, assim como o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa para a recuperação das informações neles contidas. Trata-se, naverdade, não apenas de um movimento francês, mas sim europeu, sendo o “Manual dos Arquivistas Holandeses” um dos ápices dessa tradição.

É no século XIX, portanto, que surge o ensino de Arquivologia. Caberia, nesse sentido, perguntar qual foi a instituição pioneira nesse ensino. Quanto a isso, não se deve confundir o ensino avulso, ministrado através de aulas de paleografia e diplomática em arquivos dinásticos, com o ensino regular e associado à produção de conhecimento da área. As aulas avulsas de paleografia e diplomática existiram em vários lugares, como em Nápoles, Turim, ou mesmo em Lisboa, no Arquivo da Torre do Tombo, ao passo que o ensino regular surgiu na *École Nationale des Chartes*. Oficialmente, essa escola data de 1821. Até 1829, porém, essa instituição permanece como abrigo do clero que havia sido perseguido pela Revolução Francesa, protegido agora pela monarquia conservadora, ainda não estruturando plenamente como uma instituição escolar. É em 1829 que a noção de ensino regular de Arquivologia começa a ser registrada, com classes progressivas e distribuídas em três anos de formação. Mais ainda: foi somente em 1840 que surge o primeiro periódico científico desta escola, associando assim a atividade de ensino à produção do conhecimento.

O termo “*école*”, em si, é muito significativo. Conforme é sabido, no século XIX, o modelo francês de ensino superior divide-se entre as universidades e as escolas (“*écoles*”) isoladas e profissionalizantes.² Portanto, é a partir de 1840 que o ensino de Arquivologia está consolidado, adotando um modelo profissionalizante. Também é preciso lembrar o simbolismo da década de 1840 para a arquivística mundial. Conforme é sabido, embora haja debates a respeito do local e data do surgimento do princípio de “respeito aos fundos”,³ foi em 1841 que esse princípio se torna oficial em um país. Conforme afirma uma especialista: a “formulação francesa do princípio da proveniência, ‘o respeito aos fundos’, surge como resposta a problemas práticos”,⁴ em grande parte decorrentes das demandas acima mencionadas.

Outra informação fundamental, apesar de menos conhecida, é a de que, embora o Arquivo Nacional da França tenha sido criado em 1790, a consulta pública aos documentos ali custodiados começa somente a partir de 1810, em improvisada sala junta a setores da administração. Segundo Lucie Favier, foi somente em 1845, que o Arquivo Nacional da França passa a contar efetivamente com uma sala de consulta (cuja tradução mais fiel ao idioma francês seria “sala de leitura”), com instrumentos de pesquisa a respeito dos acervos que essa instituição custodiava.⁵

Portanto, a origem do ensino de Arquivologia deita raízes em demandas institucionais e intelectuais muito potentes. Outro período fundamental de reforma desse ensino ocorre no século XX. Esse século assiste ao surgimento de grandes organizações públicas e privadas, que se organizam a partir de estruturas administrativas racionais- legais, substituindo a informalidade de muitos procedimentos administrativos até então existentes, por processos devidamente normatizados e registrados. Essas grandes estruturas burocráticas, tanto em organizações públicas quanto privadas, são disciplinadas pelos procedimentos da “Administração Científica” ou “Organização Científica do Trabalho”. Trata-se de um campo do conhecimento que começa a se consolidar em 1911, com a publicação da obra de Frederic Taylor. Tal inovação teve impacto mundial. Ao analisar publicações italianas da área de Administração das décadas de 1920 e 1930, Ugo Falcone emprega a expressão “taylorismo de escrivãzinha” para caracterizar os debates que ocorriam nelas.⁶ Sob a ótica racionalista da administração científica, a produção de documentos de arquivo é vista como um elemento de uma cadeia produtiva que deveria ser reorganizada segundo as necessidades da máquina burocrática.

A administração científica é particularmente desenvolvida nos Estados Unidos. Ela teve grande impacto a partir da década de 1940, com a Comissão Hoover, de reformas do Estado, reformas da burocracia federal norte-americana, ocorridas entre 1947 e 1955. Portanto, na década de 1940, ocorre outro importante momento na institucionalização do ensino de Arquivologia. Esse novo momento também se beneficia do conhecimento de especialistas de outros países, como no caso do Professor Ernst Posner, alemão de nascimento e que, antes de migrar para os Estados Unidos em 1938, fugindo da perseguição nazista, foi arquivista do Estado prussiano

durante 17 anos – não custa lembrar que Max Weber, ao escrever seu famoso texto sobre o conceito de “Burocracia”, definiu a administração pública da Prússia como o modelo mais próximo ao tipo-ideal de administração racional-legal.⁷

É preciso também lembrar que, em 1938, surge o periódico “The American Archivist”. Na década de 1940, portanto, constata-se novamente a confluência de poderosas demandas institucionais e intelectuais, resultando na reforma do Ensino de Arquivologia, dando origem, nos Estados Unidos, a uma divisão, hoje superada, entre arquivistas-historiadores e os *records menager*, voltados à gestão de documentos.

O Brasil insere-se nesses contextos. É bem conhecido o fato de as instituições arquivísticas francesas terem servido de modelo do Arquivo Nacional brasileiro.⁸ Conforme revela o importante livro de Angélica Marques, “A Arquivologia brasileira”, as primeiras propostas de ensino de arquivologia no Brasil foram avançadas pelo Arquivo Nacional. Elas têm raízes no século XIX, sendo também registradas iniciativas bem sucedidas em 1911 e 1923. Na década de 1930 tenta-se, uma vez mais por iniciativa do Arquivo Nacional, a criação, na Universidade do Brasil, de um curso técnico de Arquivologia, mas também sem sucesso algum.⁹

Ao longo da primeira metade do século XX, o ensino de arquivologia ficou registrado a cursos avulsos, de curta duração e de noções da área, ministrado por diferentes instituições, como no caso da Biblioteca Nacional ou o Museu Nacional. Segundo Paulo Elian dos Santos,¹⁰ a partir de 1938, no âmbito da primeira grande reforma administrativa do Estado brasileiro, servidores e servidoras do então criado “Departamento Administrativo do Serviço Público” (DASP) são beneficiados pelo treinamento no exterior, particularmente nos Estados Unidos, quando então entram em contato com inovadoras teorias arquivísticas norte-americanas de gestão de documentos.

No Brasil não faltaram ímpetus reformistas ou inquietações intelectuais em relação ao ensino da arquivologia, mas esse ímpeto e essas inquietações, diferentemente da França ou dos Estados Unidos, ocorrem de forma desarticulada. Exemplo da especificidade brasileira foi o fato de a reforma administrativa de 1938

não ter levado à criação de ensino regular de Arquivologia no Brasil. De forma efetiva, esse ensino surgesamente em 1960, graças uma vez mais ao empenho do Arquivo Nacional, seu diretor, José Honório Rodrigues, institui o Curso Permanente de Arquivos, com duração de dois anos.¹¹

Embora José Honório tenha promovido a tradução de importantes obras internacionais, não se registra, no referido período, a criação de periódico técnico-científico de Arquivologia. Isso teve de esperar até a década de 1970, com a criação da revista “Arquivo & Administração”, da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Também na década de 1970 ocorre a transferência do Curso Permanente de Arquivos para a atual UNIRIO, assim como se registra a criação dos cursos de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro.

Portanto, no caso brasileiro, é somente na década de 1970, de acordo com os dados aqui apresentados, que ensino de Arquivologia se consolida. Essa experiência, contudo, herdou uma forte desarticulação. Esse ensino não contou nem com a vitalidade semelhante ao historicismo francês do século XIX, nem, como caso norte-americano, ocorreu em paralelo às reformas que visavam dar início à implantação da administração pública racional-legal. A fraca institucionalização da área tornou a implantação do ensino de Arquivologia dependente de esforços individuais e do vigor de iniciativas pessoais.

Os “pioneiros” do ensino de Arquivologia no Brasil foram marcados por diferentes processos formativos, em História e em Biblioteconomia/Documentação, ou na administração pública, ou ainda na vivência em centros de formação internacional. Seria injusto fazer uma lista desses pioneiros, pois há sempre o risco de não contemplar importantes nomes. Em termos simbólicos, porém, é importante mencionar dois nomes –representando os pioneiros de ontem e de hoje - e também registrar uma homenagem a eles, como no caso do Professor José Pedro Pinto Esposel, fundamental na criação dos primeiros cursos de Arquivologia no Brasil, como é o caso da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM e na Universidade Federal Fluminense-UFF. Além, como é sabido, de ter sido o primeiro presidente da

Associação Brasileira de Arquivistas, infelizmente extinta, mas cuja gestão deixa marcas até o momento.

Outro nome a ser lembrado, que viabilizou o ensino da Arquivologia no Brasil, em um contexto de fragilidade institucional, é o da professora Heloísa Liberalli Bellotto. Dos 16 cursos universitários presenciais hoje existentes, sem contar com o de ensino à distância, essa professora e pesquisadora teve participação direta ou indireta, sendo o da Universidade de Brasília-UnB o mais famoso. Essa lista de contribuições ficaria muito incompleta caso não aí incluíssemos o Curso de Especialização em Organização de Arquivos da Universidade de São Paulo-USP, no qual se formou uma legião de professores que atualmente trabalham em outras universidades brasileiras.

O conteúdo dos cursos de Arquivologia no Brasil também foi muito beneficiado pela produção intelectual da Professora Heloísa Liberalli Bellotto. Quanto a isso, cabe aqui retornar ao livro de Angélica Marques, “A Arquivologia Brasileira”, que, em relação ao período de 1972 e 2006, realizou minucioso levantamento das referências bibliográficas da área, constatando que, tanto em nível nacional quanto internacional, a professora Bellotto é a pesquisadora mais referenciada.

A história que narramos hoje continua se desenrolando. As dificuldades e os desafios do ensino de Arquivologia em muito podem se inspirar no exemplo dos pioneiros. No caso específico do Professor José Pedro Pinto Esposel, é ele uma fonte inspiradora para se redescobrir as forças organizadoras das associações arquivísticas. Profa. Heloísa Liberalli Bellotto também irradia energia, sendo suas contribuições intelectuais fundamentais em vários campos do ensino da Arquivologia, como nos casos, dentre outros, da preservação dos registros da memória da sociedade; dos usos dos conhecimentos da diplomática na identificação dos documentos arquivísticos e na resolução dos desafios da era digital; assim como apresenta contribuições na questão da ética arquivística ou da importância das ações culturais e educativas nos arquivos, e, com o não poderia deixar de ser mencionado, do ensino de arquivologia. Enfim, temos muito a aprender com os pioneiros e as pioneiras da Arquivologia no

Brasil.

Notas

¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

² PAULA, Maria de Fátima Costa de. **USP e UFRJ**: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147-161.

³ CAMPILLOS, Maria Martin-Pozuelo Paz. El documento de archivo. *In*: **La construcción teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996, p. 28.

⁴ SCHIMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 92.

⁵ FAVIER, Lucie. **La mémoire de l'État**: histoire des Archives Nationales. Paris: Fayard, 2004, p. 134.

⁶ FALCONE, Ugo. **Gli archivi e l'archivística nell'Italia fascista**: storia, teoria e legislazione. Udine: Forum, 2006, p. 27.

⁷ WEBER, Max. Burocracia. *In*: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora 1982, p. 229-282.

⁸ ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, v. 23, n. 1, p. 81-108, 2010.

⁹ MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 166-171.

¹⁰ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), 2010, p. 67-119.

¹¹ MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira**, p. 231.